

## Contas Económicas da Pesca

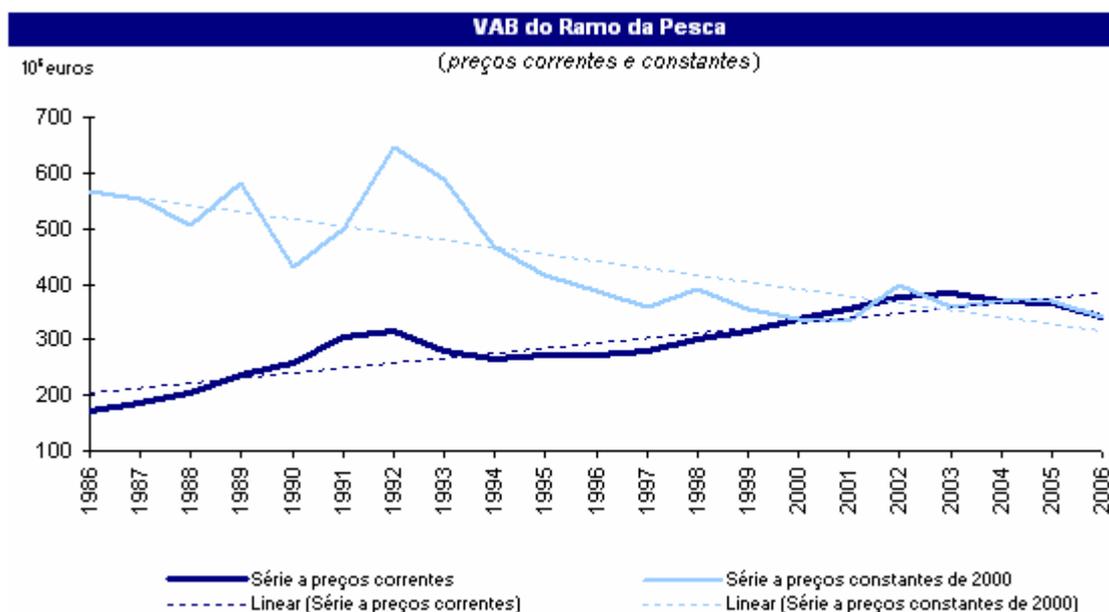
1986-2006<sup>1</sup>

### EM 2006 O VALOR ACRESCENTADO BRUTO DA PESCA DECRESCEU 3,3% EM VOLUME

No ano de 2006, de acordo com as estimativas das Contas Económicas da Pesca, o Valor Acrescentado Bruto da Pesca (a preços de base) registou um decréscimo de 3,3%, em termos reais, face a 2005. Em valores nominais, o decréscimo deste agregado foi de 7,2%.

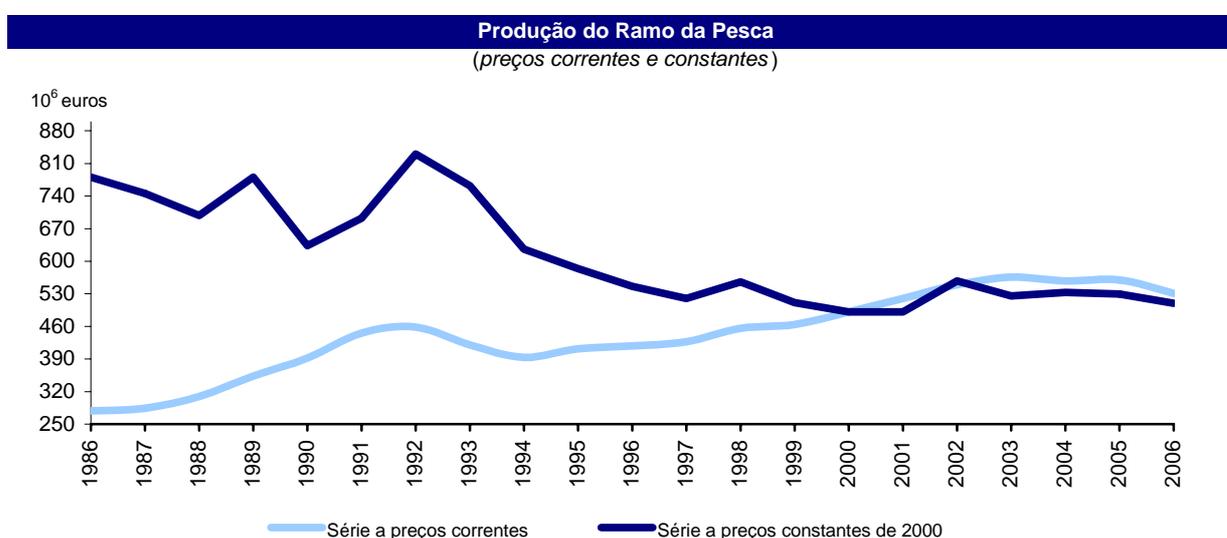
No *Dia Nacional do Pescador*, o Instituto Nacional de Estatística divulga, pela primeira vez, uma série de 21 anos para as principais variáveis macroeconómicas das Contas Económicas da Pesca (CEP), para o período 1986-2006.

A evolução do Valor Acrescentado Bruto (VAB), a preços correntes, caracteriza-se por uma tendência crescente, apresentando uma taxa de crescimento anual média de 3,4%. Destacam-se, no entanto, dois períodos de decréscimo: 1992-1994 e 2003-2006. Efectivamente, em 2006 estima-se que o VAB tenha decrescido em valor e volume (7,2% e 3,3%, respectivamente). O decréscimo real, observado em 2006, insere-se na tendência geral observada na série a preços constantes. Contrariamente ao que sucede em termos nominais, em volume, a série apresenta um crescimento negativo, diminuindo, em termos médios anuais, cerca de 2,3% ao ano.



Entre 1986 e 2006, a produção registou uma tendência de crescimento médio anual de 3,3%, em valor. Contudo, em volume, verificou-se a tendência inversa (-2,1%). Os preços têm assumido um papel determinante no crescimento nominal da produção.

No ano de 2006, a produção registou um decréscimo de 5,1% em valor e de 3,7% em volume, relativamente a 2005. Para estas evoluções contribuiu o decréscimo da produção, em valor, de algumas espécies marinhas e cefalópodes, importantes na pesca nacional, nomeadamente a sardinha, o carapau e o polvo. Por outro lado, a produção do atum cresceu significativamente, atenuando a quebra na produção.



Comparando as médias quinquenais da produção do ramo, a preços correntes, no início e no final da série, é possível concluir que a sua estrutura, em valor, não registou alterações substanciais no período em análise, destacando-se, no entanto, o aumento de importância relativa dos cefalópodes (+5,0 p.p), em contraposição à perda de importância dos peixes (-5,1 p.p.).

A análise da estrutura de produção de **peixes** permite destacar a sardinha, o carapau e o atum como principais produtos. Em termos de alteração de estrutura destaca-se o ganho de importância do atum e sardinha (+2,0 p.p. e 5,4 p.p, respectivamente), em detrimento do bacalhau (-6,0 p.p.) e da pescada (-7,0 p.p.), que perderam a primazia em termos de peso relativo na estrutura. Relativamente à produção de **cefalópodes**, o polvo constitui o produto principal, representando, no último quinquénio, cerca de 10,5% do total da produção. Este produto destaca-se, ainda, pelo ganho de importância relativa observado: 5,2 p.p.. A amêijoia manteve-se como o **bivalve** mais importante em toda a série. A produção de **crustáceos** tem vindo a perder importância relativa na estrutura de produção do Ramo da Pesca (-1,5 p.p.). O camarão e as gambas são os crustáceos com maior relevância.

<sup>1</sup> 2004 – 2005: dados provisórios; 2006: dados preliminares (informação disponível até 31 de Maio de 2007).  
Contas Económicas da Pesca – 1986-2006

## Estrutura da Produção e principais espécies do Ramo Pesca

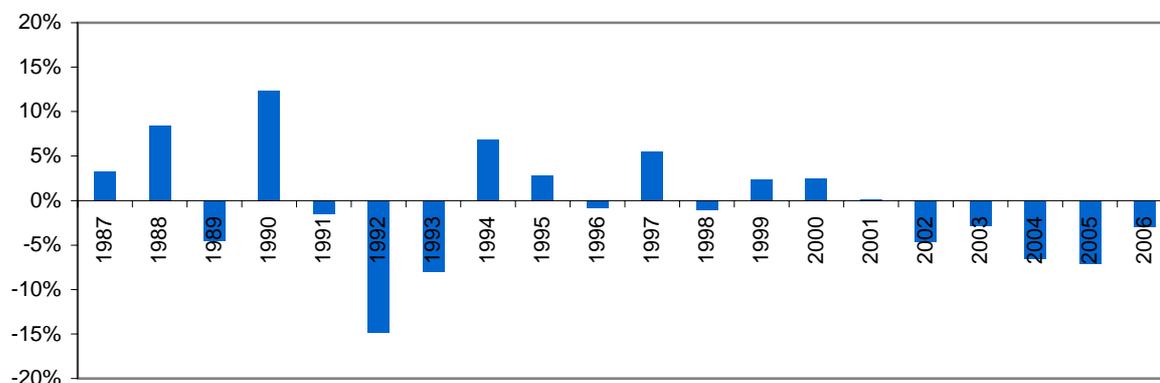
(em percentagem do total da Produção do Ramo da Pesca a preços correntes)

	1986 - 1990	1994 - 1998	2002 - 2006
<b>PEIXES</b>	75,9%	72,8%	70,8%
<b>PEIXES MARINHOS</b>	75,4%	72,1%	70,3%
Atum e similares	2,9%	5,7%	4,9%
Bacalhau	7,5%	1,6%	1,5%
Carapau	8,7%	6,6%	7,3%
Peixe-Espada	4,4%	7,9%	4,5%
Pescada	9,8%	4,8%	2,8%
Sardinha	6,3%	11,8%	11,7%
<b>CRUSTÁCEOS</b>	6,1%	3,9%	4,6%
Camarão	0,9%	1,3%	1,0%
Gambas	0,5%	1,5%	1,4%
<b>CEFALÓPODES</b>	8,7%	11,9%	13,7%
Polvo	5,3%	8,9%	10,5%
<b>BIVALVES</b>	3,8%	5,3%	5,9%
Ameijoia	3,3%	4,3%	4,6%
<b>PRODUÇÃO DE BENS DA PESCA</b>	<b>95,9%</b>	<b>94,4%</b>	<b>95,2%</b>
<b>PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DA PESCA</b>	<b>4,1%</b>	<b>5,6%</b>	<b>4,8%</b>
<b>PRODUÇÃO DO RAMO DA PESCA</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Em 2006, o Consumo Intermédio (CI) desceu 1,2% em termos nominais e 5,0%, em volume. Para esta evolução em volume contribuiu, especialmente, a quebra observada na rubrica “energia e lubrificantes”, mais concretamente os consumos de gasóleo colorido. Relativamente à evolução dos preços estima-se que em 2006 o crescimento dos preços da produção tenha sido inferior ao do CI, situação que sucede desde 2002, consequência, entre outros factores, do comportamento dos preços dos combustíveis.

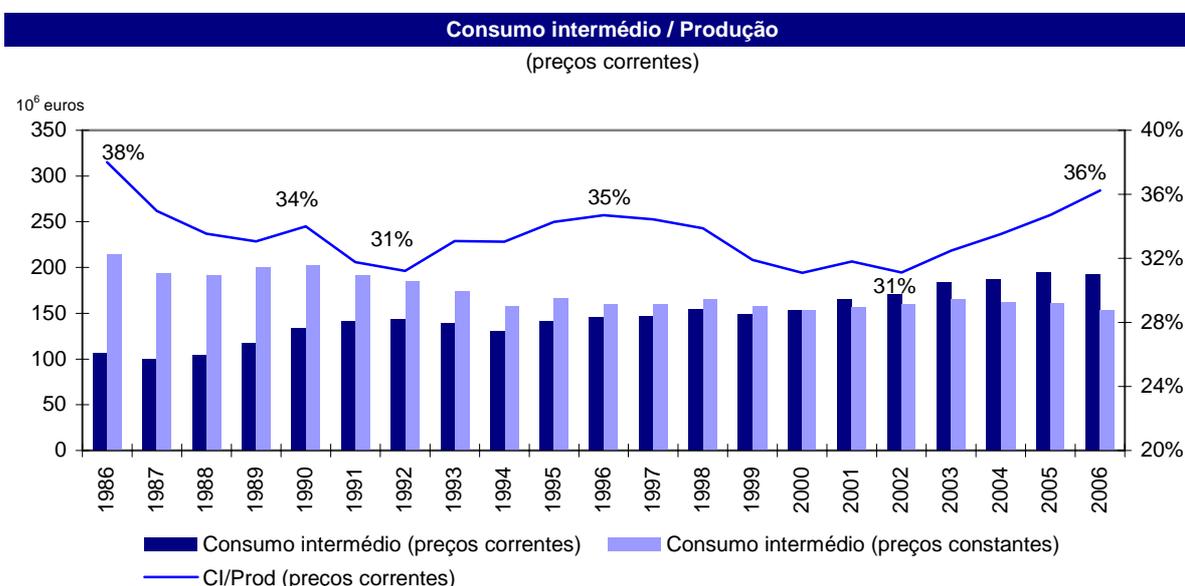
## Tesoura de preços

(Índice de preços Produção / Índice de preços Consumo Intermédio)



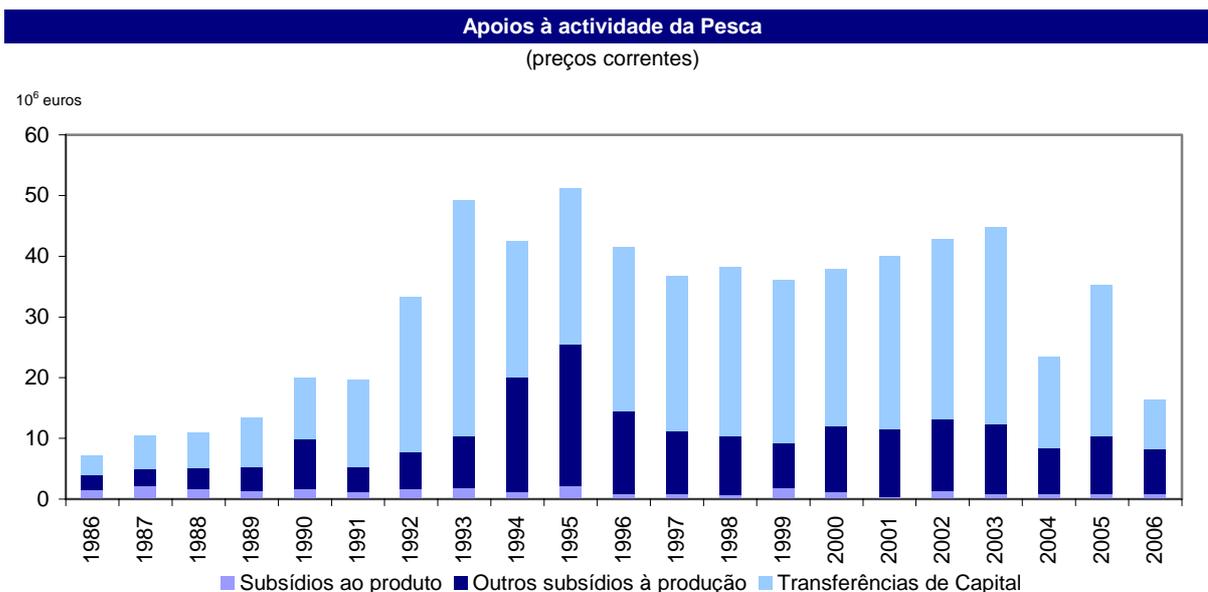
Entre 1986 e 2006, o valor do CI regista uma tendência crescente (taxa média de crescimento anual de 3,0%). Em termos reais (volume) esta rubrica regista um decréscimo anual de 1,7%. Destaca-se, no entanto, o período após 2000-2006, marcado por uma maior amplitude das taxas de crescimento nominal (crescimento de 3,9% em valor, com um crescimento em volume praticamente nulo).

A diferença entre o crescimento nominal de produção e CI têm-se traduzido, nomeadamente no final da série, (a partir de 2002), num peso crescente das despesas correntes da actividade, comparativamente à produção. Em 2002 o CI, expresso em preços correntes, correspondia a 31% da produção do ramo Pesca. Estima-se que em 2006 tenha representado 36%.

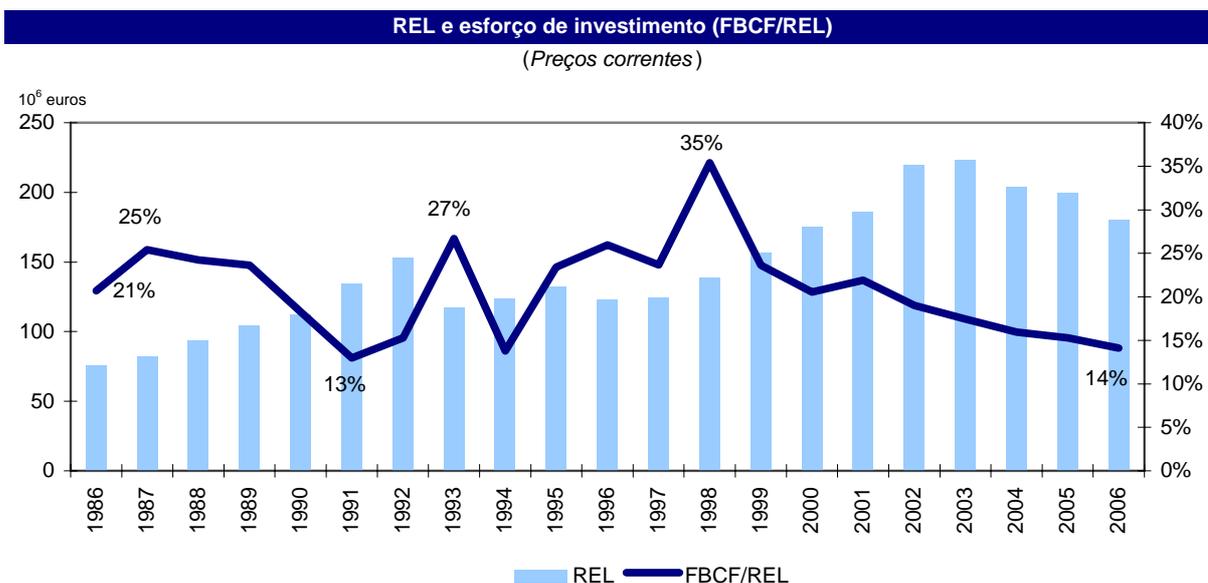


Os apoios à actividade da pesca correspondem, nas CEP, aos pagamentos provenientes da Administração Pública ou da União Europeia (UE), recebidos pelos agentes económicos do Ramo Pesca. Subdividem-se em “Subsídios aos produtos”, “Outros subsídios à produção” e “Transferências de capital”. Os primeiros encontram-se directamente relacionados com o volume/valor de produção, sendo pouco relevantes no total de apoios esta actividade económica, considerados pelas CEP. Os “Outros subsídios à produção” compreendem as ajudas para a estabilização do mercado de produtos da pesca (ajudas à retirada de pescado), bonificações de juros, ajudas à imobilização temporária de embarcações, ajudas à constituição de sociedades mistas e ajudas às organizações de produtores de produtos da pesca. As “Transferências de capital” constituem o item mais importante, destinando-se a financiar, total ou parcialmente, a aquisição de activos fixos (Ajudas ao investimento), a indemnizar os proprietários de bens de capital que tenham sido destruídos por actos excepcionais ou a indemnizar os produtores, em resultado de perdas acumuladas durante vários exercícios. Na pesca compreendem, por exemplo, as ajudas destinadas à modernização, construção e abate de embarcações.

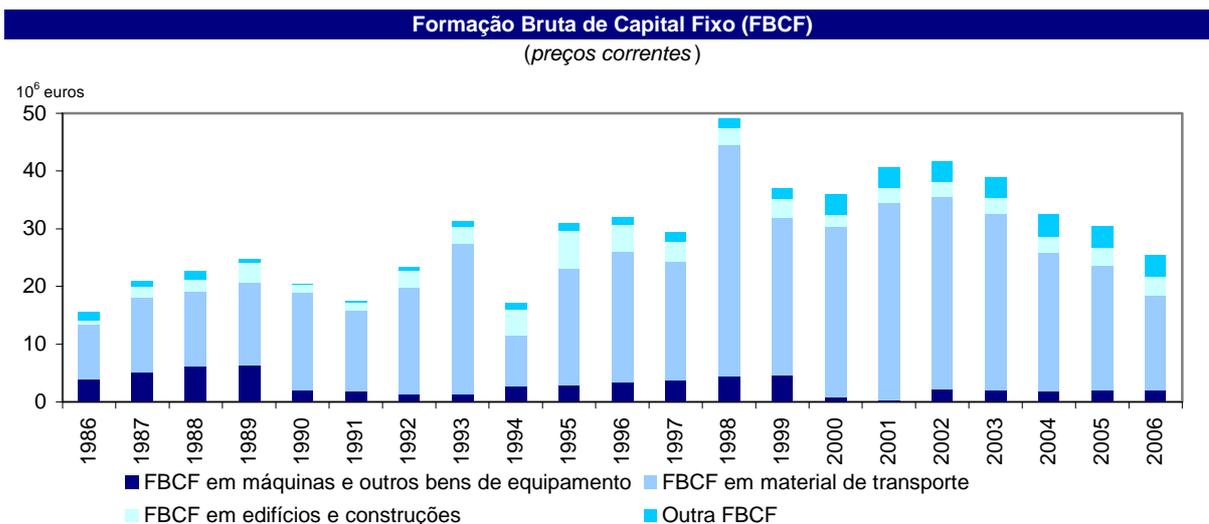
As ajudas registaram um forte crescimento após a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), tendo os valores mais elevados de apoios à actividade ocorrido na primeira metade da década de 90 (1993 e 1995). Em 2006, estima-se que estes apoios tenham decrescido 53,4%, em consequência do final do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), com especial ênfase para as medidas relacionadas com a Cessação Definitiva por Demolições.



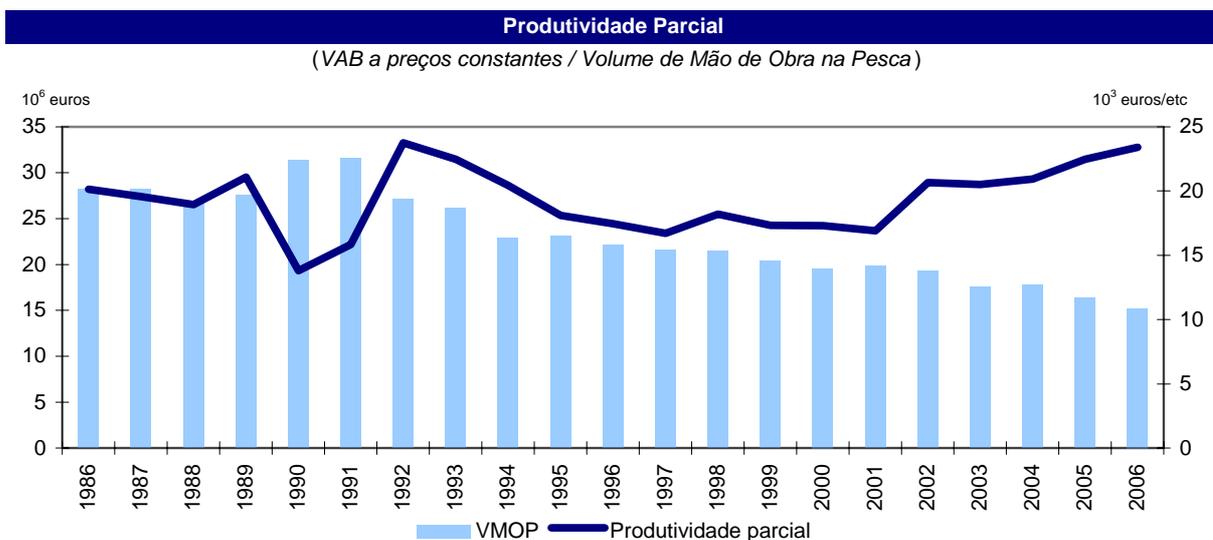
O Rendimento Empresarial Líquido (REL) obtém-se subtraindo ao VAB o “Consumo de Capital Fixo”, “Outros Impostos aos produtos”, “Remunerações” e “Juros a Pagar” e adicionando os “Outros Subsídios à produção” e “Juros a Receber”. Estima-se que, em 2006, se tenha verificado uma quebra de 9,4% face a 2005, o que constitui a terceira quebra consecutiva desde 2003.



A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) é uma variável macroeconómica que traduz o investimento na actividade. Na série em análise, o investimento na pesca atingiu o seu valor máximo em 1998, decrescendo desde então, em termos absolutos e face ao REL. A FBCF em material de transporte (onde se incluem as embarcações) é a rubrica mais importante, sendo determinante no comportamento da FBCF total. Os últimos anos da série são marcados por um decréscimo contínuo, a que não é alheio o abate de embarcações registado nos últimos anos.



O volume de mão-de-obra na pesca (VMOP) decresce ao longo da série, reflectindo as mudanças estruturais ocorridas na pesca nacional (nomeadamente o abate e modernização de embarcações). O rácio VAB a preços constantes / VMOP constitui um indicador possível da produtividade na pesca. Este indicador regista alguma irregularidade, sendo notório um decréscimo contínuo na década de 90. O ano de 2001 constitui um ponto de inflexão, assistindo-se, desde então, a um incremento da produtividade. Estima-se que, em 2006, tenha registado um acréscimo de 4,2%, em virtude de um decréscimo real do VAB inferior ao do VMOP.

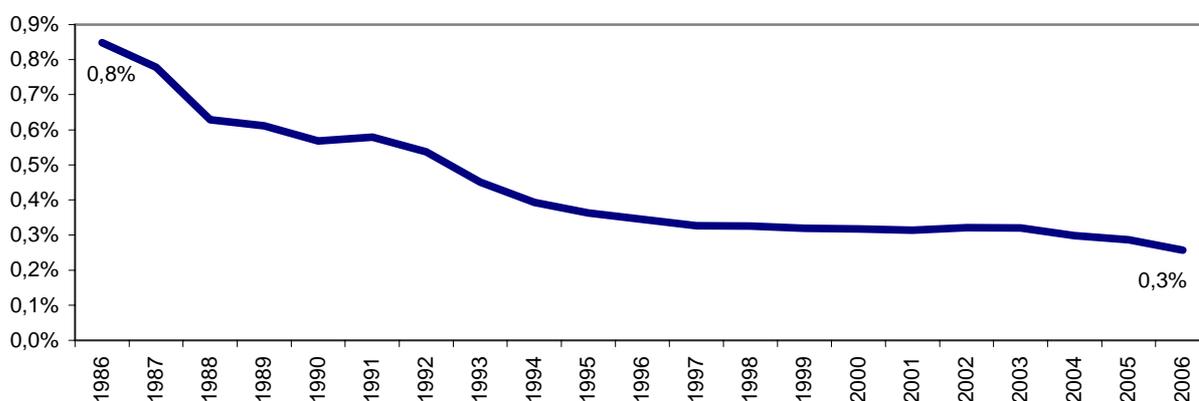




A pesca apresenta um peso tendencialmente decrescente na economia nacional, coincidindo o ponto máximo e mínimo com o princípio e final da série em análise, respectivamente. Estima-se que em 2006 a pesca tenha representado 0,3% do VAB nacional. Em 1986 representava 0,8%. Poderá, no entanto, afirmar-se que este constitui um aspecto normal no desenvolvimento da economia de um país, decorrendo esta perda de importância, na economia, dos diferentes ritmos de crescimento anual médio (aproximadamente 3,4% para o VAB da pesca e 9,8% para o VAB nacional).

### VABpb CEP / VABpb Nacional

(preços correntes)



### Notas Metodológicas

As Contas Económicas da Pesca (CEP) representam um quadro sistemático, comparável e o mais completo possível da actividade económica da pesca, permitindo a elaboração de rubricas e de indicadores num sistema harmonizado de contas. As CEP são uma Conta Satélite que, apesar de beneficiar da experiência do Ramo Pesca das Contas Nacionais, possui total autonomia, contribuindo com informação suplementar para o Sistema de Contas Nacionais.

As CEP seguem, como referências metodológicas, o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95), que define e uniformiza os conceitos, as definições, as nomenclaturas e as normas metodológicas a nível europeu, e o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN93). As CEP também seguem, como referência técnica adicional, o Manual das Contas Económicas da Agricultura e Silvicultura 97 Rev. 1.1, edição de 2000, Eurostat, com as devidas adaptações para o ramo da Pesca. A base 2000 das CEP reflecte os princípios base da nova base 2000 das Contas Nacionais Portuguesas.

A compilação das CEP implica a recolha, a compilação, a análise e o tratamento de informações provenientes de inquéritos, registos administrativos, informações de peritos e estimativas, com vista a estabelecer certos agregados e indicadores macroeconómicos fundamentais para a pesca. O seguinte quadro apresenta as principais rubricas compiladas pelas CEP e as relações que se estabelecem entre elas:

1	PRODUÇÃO DE BENS DA PESCA
2	PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DA PESCA
3	PRODUÇÃO DO RAMO DA PESCA A PREÇOS DE BASE (1 + 2)
4	TOTAL DO CONSUMO INTERMÉDIO
5	VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE (3 - 4)
6	- Consumo de Capital Fixo
7	VALOR ACRESCENTADO LÍQUIDO A PREÇOS DE BASE (5 - 6)
8	- Outros Impostos sobre a Produção
9	+ Outros Subsídios à Produção
10	RENDIMENTO DOS FACTORES (7 - 8 + 9)
11	- Remuneração dos Assalariados
12	EXCEDENTE LÍQUIDO DE EXPLORAÇÃO OU RENDIMENTO MISTO (10 - 11)
13	- Juros a Pagar
14	+ Juros a Receber
15	RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO (12 -13 + 14)

Os quadros de resultados das CEP poderão ser consultados em: [http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub\\_cod=449](http://www.ine.pt/prodserv/quadros/periodo.asp?pub_cod=449)

Contas Económicas da Pesca – 1986-2006